



PARTICIPAÇÃO E COMPROMISSO
GESTÃO 2009-2013

ASSOCIAÇÃO DOS ASSISTENTES SOCIAIS E PSICÓLOGOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Boletim Eletrônico Nº. 106 – 09 de Setembro de 2011

Este boletim contém as seguintes matérias:

- Mesa redonda: A conquista das 30 horas para o Serviço Social - Conselho de Categoria e Sindicatos
- CFP e CRP SP monitoram implantação de projeto no Estado de escuta especial de crianças
- II Módulo de Capacitação em Saúde Integral do Adolescente
- Próxima reunião do Fórum de Debates Pró Organização Política e Sindical dos Trabalhadores em Atividades Psico Sociais
- Lançamento da Frente Parlamentar em Defesa dos Servidores do Poder Judiciário

Mesa redonda: A conquista das 30 horas para o Serviço Social - Conselho de Categoria e Sindicatos

No último dia 6, o Cress-SP realizou uma mesa redonda com o tema “A conquista das 30 horas para o Serviço Social - Conselho de Categoria e Sindicatos”. A presidente da AASPTJ-SP, Elisabete Borgianni, participou como uma das debatedoras. O evento teve como objetivo a reflexão sobre a importância da categoria permanecer em alerta pela manutenção da redução da jornada e como enfrentar a Adin 4468, da Confederação Nacional de Saúde (CNS), que alega inconstitucionalidade da Lei 12.317/2010.

A primeira fala do evento foi da professora e coordenadora do curso de Serviço Social da PUC-SP, Maria do Socorro Cabral Reis. Ela lembrou a luta da categoria para o salário mínimo profissional. “Nossa luta foi importantíssima como referência aos servidores públicos que não tinham o direito de se organizar”, disse.

O vice-presidente do Cress-SP, Marcos Valdir Silva, falou sobre as dificuldades da luta pelas 30 horas semanais, que muitas vezes é contestada até mesmo por assistentes sociais. “Recebemos diversos e-mails de profissionais criticando a redução da jornada porque diminuíram as ofertas de trabalho ou porque diminuí o horário de atendimento, prejudicando a população”, expôs. Para ele, a conquista das 30 horas não significa apenas uma redução de jornada, mas também uma luta em busca de melhores condições de trabalho.

Já Junéia Martins Batista, representante do Sindicato dos Servidores na Administração Pública e Autarquias do Município de São Paulo (Sindsep) voltou sua fala para as dificuldades enfrentadas pelo Serviço Social em comparação com outras carreiras. “Por ser uma profissão feminizada, o salário é menor do que de outras carreiras de nível superior”, citou.



Elisabete resgatou a história do movimento dos servidores do Judiciário que culminou com uma greve de 127 dias e o papel dos assistentes sociais neste momento histórico. “Se analisarmos a história do sindicalismo no Brasil, vemos que o serviço público tem enfrentado cada vez mais greves longas demais e muita morosidade nas negociações”, alegou. Falou também sobre a pesquisa que está sendo organizada pela AASPTJ-SP, em parceria com outras entidades, que irá investigar a saúde dos servidores do Judiciário de São Paulo, procurando demonstrar o quanto a falta de condições de trabalho afeta o quadro de saúde destes trabalhadores.

Pelo Sindicato dos Trabalhadores em Entidades de Assistência e Educação à Criança, Adolescente e à Família do Estado de São Paulo (Sitraemfa), Neuza Maria Paiva, falou sobre como foi o processo de conquista da redução da jornada para o Serviço Social na Fundação Casa. “Nossa luta sempre esbarrava no Codec – Conselho de Defesa de Capitais do Estado – que é um órgão que nega qualquer alteração que mexa com o orçamento do governo”, falou.

Por fim, Deise Lucia do Nascimento, representando o Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência no Estado de São Paulo (Sindprev), lembrou a luta dos servidores da Previdência pelas 30 horas e apontou que no âmbito federal a redução da jornada do assistente social ainda não foi implantada.

CFP e CRP SP monitoram implantação de projeto no Estado de escuta especial de crianças

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) e Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região (CRP-SP) se manifestam sobre Projeto de Escuta Especial de Crianças e Adolescentes para o Estado de SP. Acompanhe:

Aprimoramento do atendimento interinstitucional de crianças e adolescentes vítimas de violência, especialmente sexual, e a implementação de métodos especiais de sua escuta no Estado de São Paulo

A Coordenadoria da Infância e da Juventude do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, órgão criado pelo Conselho Nacional de Justiça,

desenvolveu uma proposta de Escuta Especial de Crianças Vítimas e Testemunhas de Crimes.

O CFP e o CRP SP foram convidados a conhecer e monitorar o desenvolvimento de um projeto piloto para implantação da proposta em quatro comarcas do Estado de São Paulo (Campinas, Atibaia, Guarulhos e São Caetano do Sul) e o Juizado de Violência Doméstica e Familiar da Capital.

O referido Projeto, construído de forma coletiva e interdisciplinar pela Coordenadoria da Infância e da Juventude do TJ/SP, se propõe a avançar na abordagem intersetorial no enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes, adotando uma perspectiva garantista da Doutrina de Proteção Integral explícita na Convenção Internacional dos Direitos da Criança (ONU, 1989) e no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA - 1990), salientando os direitos de participação e de opinião destas, sobre decisões a respeito de suas vidas, de forma contextualizada e de acordo com seu grau de desenvolvimento. Estas diretrizes são também seguidas pelo CRP-SP em todas as suas ações.

Reconhecemos a iniciativa do Judiciário paulista de propor alterações no fluxo atual, enfrentando as situações de violência e prevendo atenção integral e em rede a todos os envolvidos.

Nesse sentido, considerando a resolução do CFP 10/2010, que versa sobre escuta de crianças e adolescentes, e considerando os extensos debates promovidos pelo Sistema Conselhos de Psicologia nos últimos cinco anos, o CFP e o CRP SP aceitaram o convite de acompanhar de perto a implantação desta iniciativa em São Paulo, reafirmando seu compromisso em enfrentar circuitos de desrespeito e de revitimização que envolvem crianças vítimas de violências.

É cedo para avaliar com consistência o Projeto que está em fase de implantação e ainda de forma piloto. É cedo para dizer como o(a) psicólogo(a) pode contribuir direta ou indiretamente nas fases do fluxo proposto. O que podemos afirmar é que precisamos reconfigurar o que vem sendo feito no Estado de São Paulo, e nessa direção o CFP e o CRP SP querem colaborar. Será fundamental manter um canal de diálogo aberto com os profissionais envolvidos para que aquilo que está previsto na resolução CFP 10/2010 e no Código de Ética Profissional seja seguido e respeitado.

Com a proposta de manter um diálogo permanente com os psicólogos envolvidos ao longo do processo, o método firmado de acompanhamento do Projeto irá contemplar diligências às quatro comarcas do Estado de São Paulo (Campinas, Atibaia, Guarulhos e São Caetano do Sul) e ao Juizado de Violência Doméstica e Familiar da Capital, bem como reuniões trimestrais com os profissionais envolvidos, a fim de conhecer a implantação efetiva do fluxo intersetorial de garantia dos direitos de

crianças e adolescentes, na interface com a atuação profissional do psicólogo.

O CFP e o CRP-SP, órgãos que têm como finalidade orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de psicólogo, de acordo com o estabelecido na Lei Federal nº 5.766, de 20 de dezembro de 1971, reafirmam o compromisso social da Psicologia ao se propor a colaborarem na construção de qualquer iniciativa que compartilhe de ideais comuns na luta da garantia de direitos humanos de criança e adolescente.

Informações do CRP-SP

Cursos

II Módulo de Capacitação em Saúde Integral do Adolescente

Data: 26 de setembro (segunda-feira)

Horário: das 8 às 17 horas

Local: Centro de Convenções Rebouças - Avenida Rebouças nº 600, Jd. Paulista, São Paulo

Informações/inscrições: saudeadolescente@saude.sp.gov.br ou pelo telefone (11) 3017-2017 e (11) 3017-2063.

Programação:

08h00 às 08h30 – Recepção / Abertura

08h30 às 10h10 – Mesa redonda: INTERVENÇÕES ESTÉTICAS NA ADOLESCÊNCIA – Aspectos Médicos, Éticos e Psicológicos

Coordenação: Muna Zeyn

Prof Dr José Yoshikazu Tarik

Prof Dra Valéria Petri

10h10 às 11h00 – Palestra: IDENTIFICAÇÃO DAS MAL FORMAÇÕES CONGENITAS NA GRAVIDEZ EM ADOLESCENTES – Tecnologias Avançadas

Prof Dr Vitor Balduck

11h00 às 11h50 – Palestra: A GRAVIDEZ EM ADOLESCENTES MENORES DE 15 ANOS – Consequências Biológicas, Sociais e Psicológicas

Prof Dra. Albertina Duarte

11h50 às 12h50 – ALMOÇO

12h50 às 13h40 – Palestra: O USO DE ÁLCOOL NA ADOLESCÊNCIA

Prof Dr Arthur Guerra Andrade

13h40 às 15h20 – Mesa Redonda: IMUNIZAÇÕES EM ADOLESCENTES

Coordenação: Prof Dr José Alcione

Prof Dra Maricy Tacla

Prof Dra Maria Ignes Saito

15h20 às 17h00 – Mesa Redonda: A FAMÍLIA TRADICIONAL E NOVAS ESTRUTURAS FAMILIARES – Proteção e Riscos

Coordenação: Dr Chafi Abduch

Prof Dra Matilde Neder

Eventos

Próxima reunião do Fórum de Debates Pró Organização Política e Sindical dos Trabalhadores em Atividades Psico Sociais

A próxima reunião do Fórum já está marcada. Será no **dia 24 de setembro**, às **8h30** no auditório da Apampesp – **Rua Coronel Xavier de Toledo, 99 – 5º andar**. Não deixe de comparecer!

Não esqueça de fazer sua inscrição: (11) 3256-5011; aasptjsp@aasptjsp.org.br

Lançamento da Frente Parlamentar em Defesa dos Servidores do Poder Judiciário

Acontece no próximo dia 29 o lançamento de mais um importante canal de luta dos servidores do Judiciário de São Paulo. É o lançamento da Frente Parlamentar dos Servidores do Poder Judiciário. Não deixe de comparecer. A AASPTJ-SP estará presente.



**Lançamento da
Frente
Parlamentar em
Defesa dos Servidores
e do Poder Judiciário**

Deputados Participantes

Adilson Rossi - Ana do Carmo - Ana Perugini - Antonio Salim Curiati - Ary Fossen -
Carlos Giannazi - Celia Leão - Celso Giglio - Hamilton Pereira - João Antonio -
José Cândido - Luiz Claudio - Maria Lucia Amary - Mauro Bragato - Major Olímpio
Gomes - Pedro Tobias - Roberto Massafera - Rogério Nogueira -
Sebastião Santos - Vinicius Camarinha

Presença Confirmada:

ASSOJUBS - ASSOJURIS - FESPESP - APAMAGIS
ASSETJ - AOJESP - SINDICATO UNIÃO - ASJCOESP - OAB

**Coordenador da Frente Parlamentar
Deputado José Bittencourt**

**29 setembro 2011
às 18h**

Auditório Paulo Kobayashi

**Assembleia Legislativa
Av. Pedro Álvares Cabral, 201
Ibirapuera - São Paulo
Informações: (11) 3886-6676/6677
jbittencourt@al.sp.gov.br**



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**

EXPEDIENTE

AASPTJ-SP – Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo

Diretoria: Presidente – Elisabete Borgianni, Vice-presidente – Catarina Volic, – 1ª Secretária – Maria Helena Correa, 2ª Secretária – Mônica de Lurdes Leoni Carteiro, 1ª Tesoureira – Esther Akemi Kavano Katayama, 2º Tesoureiro – Paulo Eduardo Bezerra,

Conselho Fiscal: Mônica Giacomini, Margarida Maria Buosi e Magda Melão Suplentes: Elaine Cristina Major Ferreira e Deise Rodrigues Amorim

Conselho Editorial: Maria Helena Correa, Mônica Giacomini, Paulo Eduardo Bezerra e Ana Carolina Rios

Redação e edição: ACRL Comunicação
Jornalista responsável: Ana Carolina Rios (Mtb 35.875-SP)

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade dos seus autores, não representando necessariamente a opinião do responsável pelo boletim e da Diretoria da AASPTJ-SP.